



**Gestão pública ambiental: do desmatamento à município verde.
Abner Henrique Santos Reis ¹, Fernanda de Moraes Teixeira ²,
Márcio Franck de Figueiredo ³ e Fabielle de Moraes Teixeira ⁴**

¹ Universidade do Estado do Pará (reisabner@hotmail.com)

² Universidade do Estado do Pará (fmoraesteixeira@gmail.com)

³ Universidade do Estado do Pará (marciofranck@hotmail.com)

⁴ Universidade do Estado do Pará (fabiellemoraes@gmail.com)

Resumo

A temática gestão ambiental pública tem trazido grandes questionamentos a respeito do papel do poder público frente à sociedade, muito em decorrência da grande urbanização ocasionada pelo crescimento acelerado da população, da implantação e ampliação de indústrias, avanço da agropecuária e desmatamento indiscriminado das florestas. No Brasil, o governo federal por meio de decreto, adotou medidas quanto à proteção de áreas ameaçadas de degradação. Por meio desta intervenção, o governo conseguiu municipalizar o combate ao desmatamento, restringindo o crédito a produtores irregulares e responsabilizando toda a cadeia produtiva por desmatamentos ilegais. Paragominas, que outrora fazia parte da lista dos municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento, adota um novo padrão de desenvolvimento com o projeto município verde e passa a servir de modelo para outras cidades. A sua saída da lista dos campeões do desmatamento é vista como uma esperança para a sociedade, que passa acreditar ser possível com as alianças do poder público municipal, setores produtivos locais e por outras esferas do governo e da sociedade civil, se criar um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Degradação Ambiental. Exploração Madeireira. Sustentabilidade.

Área Temática: Gestão Ambiental Pública.

Abstract

The theme of environmental management has brought great public questions about the role of government before society, much due to the large urbanization caused by rapid population growth, the implementation and expansion of industries, improvement of agriculture and indiscriminate deforestation of forests. In Brazil, the federal government by decree, adopted measures concerning the protection of areas threatened with degradation. Through this intervention, the government managed to municipalize the fight against deforestation by restricting credit to producers irregular and blaming the entire production chain for illegal deforestation. Paragominas, which once was part of the list of priority municipalities for actions to combat deforestation, adopts a new pattern of development with the project green and municipality shall serve as a model for other cities. The output of the list of champions of deforestation is seen as a hope for society, which is believed to be possible with the alliances of municipal government, local productive sectors and other levels of government and civil society, creating a new model sustainable development.

Key words: Environmental Degradation. Timber Exploitation. Sustainability.

Theme Area: Environmental Management Service.



1 Introdução

As reflexões sobre a temática gestão ambiental pública têm trazido grandes questionamentos a respeito do papel do poder público frente à sociedade, não só em relação à extração de insumos produtivos da natureza, mas também em relação às consequências dos modelos de produção e consumo que causam danos ao meio ambiente.

Em decorrência da grande urbanização ocasionada pelo crescimento acelerado da população, da implantação e ampliação de indústrias, avanço da agropecuária e desmatamento indiscriminado das florestas, as cidades vêm sofrendo um grande desgaste no que diz respeito a sua qualidade ambiental. Frente a esses acontecimentos a sociedade começa a despertar para a responsabilidade sócio-ambiental não só das empresas privadas, mas também da gestão pública. Fato que está relacionado à qualidade de vida da população nos mais diferentes setores da economia, não esquecendo o equilíbrio do ecossistema no qual a mesma está inserida.

Na busca pela reversão do processo de degradação ambiental, os municípios buscam soluções para estruturar um sistema de gestão ambiental eficaz, que seja levado em consideração à complexidade em se avaliar a realidade local e propor, junto com os demais órgãos da administração pública uma ação ideal para sua implementação.

De acordo com Dias (2003), a manutenção e a elevação da qualidade ambiental das cidades são uma responsabilidade de vários órgãos governamentais de ação federal, estadual e municipal; das instituições privadas, ao cumprir a legislação ambiental; e da comunidade, ao acionar os instrumentos legais de participação comunitária para a observação dos seus direitos constitucionais.

Segundo Araújo Junior (2011) a Gestão Ambiental Pública corresponde às atividades dedicadas ao gerenciamento de uma cidade na perspectiva da melhoria da conservação de sua qualidade ambiental, tanto no espaço intra-urbano como em sua área de influência. É constituída pelo conjunto das atividades técnicas, administrativas, legais e normativas, unidas a mobilização da comunidade em prol da conservação ou recuperação do ambiente. Nesse caso, a Prefeitura funciona como um agente do planejamento estratégico, fomentando iniciativas locais e comunitárias.

De acordo com Silva Filho (1999) no Brasil o poder público atua de diferentes maneiras quanto à variável meio ambiente, ou conforme a importância dada pela comunidade à questão ambiental. Onde, a esfera estadual é a grande atuadora na questão sócio-ambiental, legislando, regulando e controlando as atividades que tenham impacto sobre o ambiente, o âmbito federal resume-se a criar leis que subsidiem a atuação estadual. A ação ambiental dos municípios está associada à interação entre os Estados e a União, onde devem ser compartilhadas responsabilidades em condições de autonomia, cooperação e complementaridade.

Entende-se que políticas públicas de gestão ambiental devem ter como objetivo não só a gestão de recursos para proteger o ambiente natural, mas principalmente servir como orientação na solução de conflitos sociais que envolvam questões ambientais, tendo em vista o bem-estar social e a conservação de recursos para as futuras gerações (AGENDA 21, 1992).

2 Desenvolvimento x Degradação ambiental

- **Construção da rodovia Belém-Brasília**

A pecuária foi introduzida na Amazônia no século XVII, durante essa época as áreas de floresta alta eram relativamente pouco exploradas, entre outros motivos por conta dos custos de derrubada da mata, formação e manutenção dos pastos. Este quadro começou a mudar quando em 1958 o governo de Juscelino Kubitschek anunciou a construção da rodovia Belém-Brasília, cortando os Estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Por conta disso,



houve uma corrida pelas terras amazônicas marginais à nova rodovia tendo como resultado uma grande transferência de terras públicas para a propriedade privada (MARQUES, 2010).

Além da construção da rodovia, nesse período o governo passou a investir em políticas públicas que visavam à exploração e ocupação das terras às margens da rodovia. Esta iniciativa atraiu imigrantes principalmente por conta dos consideráveis financiamentos concedidos pelos programas federais aos colonizadores, o que culminou com o surgimento de várias cidades, entre elas: Paragominas.

- **Histórico de Paragominas**

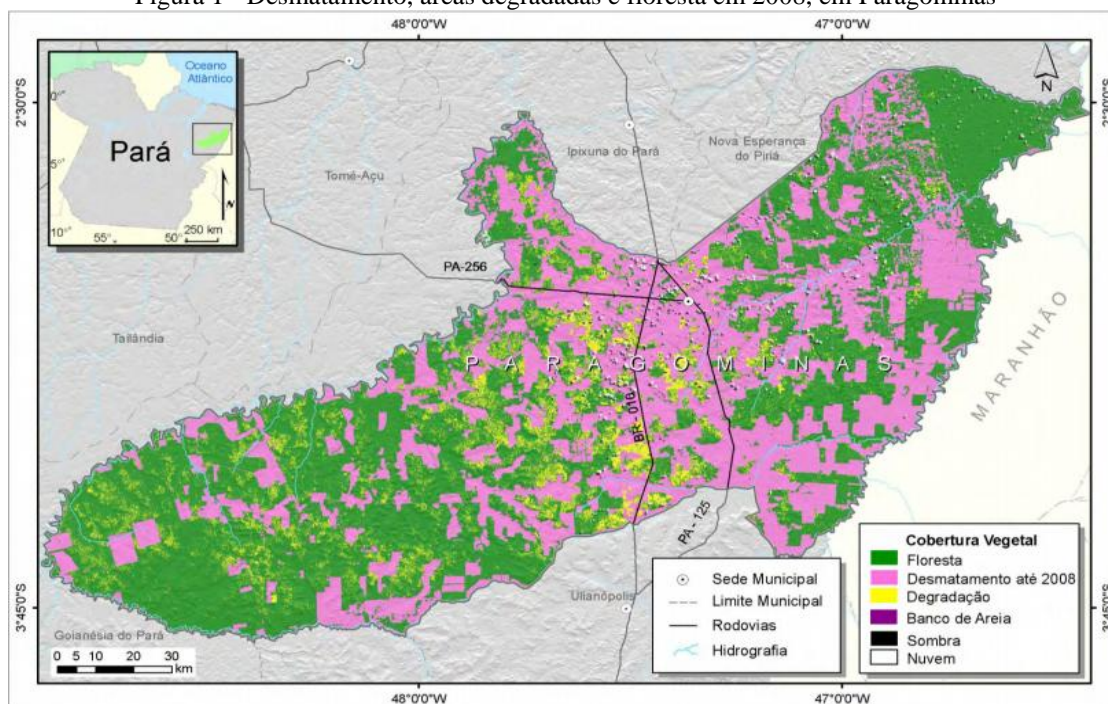
Com a chegada dos imigrantes e o estímulo do governo para a exploração da então “desconhecida Amazônia”, Paragominas começou o seu primeiro ciclo econômico, a pecuária. Segundo Marques (2010) nos anos 1960 e 1970, os incentivos fiscais para projetos agropecuários no Pará concentraram-se principal nas regiões de Paragominas e do Araguaia-Tocantins (Sudeste paraense), destinando-se prioritariamente para os que vinham de fora.

Ao longo dos anos, o crescimento da cidade se deu de forma desordenada no âmbito sustentável, tanto na agropecuária quanto no surgimento de novos ciclos como a atividade florestal e agricultura, sem atentar para os riscos da exploração indiscriminada da floresta nativa.

Atualmente, o município de Paragominas (nordeste paraense) possui aproximadamente 20.000 km² de área territorial (1,5% da superfície do Pará) e uma população de 90.753 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 4,7 habitantes por quilômetro quadrado. Em seu território abriga a maioria das atividades econômicas da Amazônia: agricultura de pequena, média e grande escala, pecuária, atividade madeireira, produção de carvão, reflorestamento e mineração de bauxita.

Segundo dados do IMAZON, existia uma área desmatada de 748 mil hectares e 130 mil hectares de florestas degradadas até 2008 (Figura 1), totalizando 878 mil hectares (45% da área de Paragominas). Em 2008, detectou-se em Paragominas 371 focos de calor, o que representa uma diminuição de 42%, quando comparado ao ano de 2007 (com 634 focos), e de 38%, se comparado a 2006 (com 601 focos) (PINTO et al., 2009).

Figura 1 - Desmatamento, áreas degradadas e floresta em 2008, em Paragominas



Fonte: Pinto et al., (2009)



Em 2007, os principais setores econômicos demandaram uma área de aproximadamente 1 milhão de hectares para manter seus níveis de produção. Onde, para Agricultura familiar foi destinada 319.200 hectares que eram distribuídos entre pequenos produtores rurais, Projetos de Assentamento (PA's) e colônias agrícolas; A pecuária demandou aproximadamente 600 mil hectares para manutenção do rebanho bovino (equivalente 3% do rebanho paraense); A atividade madeireira demandou uma área de 17,2 mil hectares/ano, ou seja, uma área total de 515 mil hectares para sustentar a produção de um ciclo de 30 anos de manejo florestal madeireiro (PINTO et al., 2009).

Com toda essa exploração indiscriminada em níveis alarmantes e por todo histórico de desmatamento, em janeiro de 2008 Paragominas foi incluso na lista dos municípios críticos de desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente.

3 Intervenção do Governo Federal

No combate ao desmatamento da Amazônia, o governo federal, entre os anos de 2007 e 2008, adotou medidas quanto à proteção de áreas ameaçadas de degradação, racionalizando o uso do solo, prevenindo, monitorando e controlando o desmatamento ilegal, por meio do Decreto Nº 6.321, de 21 de Dezembro de 2007. Neste mesmo período, o Ministério do Meio Ambiente divulgou uma lista de municípios “campeões de desmatamento” situados no Bioma Amazônia.

A identificação dos municípios foi realizada a partir do histórico de desmatamento verificado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), adotando-se os seguintes critérios: área total de floresta desmatada, área total de floresta desmatada nos últimos três anos e o aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos. Segundo Guimarães et al. (2011) as ações de fiscalização dessa operação fez com que o municípios críticos (que até 2010 já somavam 43) sofressem maiores restrições para acessar crédito, e seus produtores e empresas tiveram a imagem comercial negativamente afetada, o que levou alguns municípios a buscarem um novo modelo de desenvolvimento.

Como ação de repressão, em março de 2008 a policia federal com apoio do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Força Nacional de Segurança, coordenou a operação Arco de Fogo nos Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso, no qual efetuou 59 prisões e apreendeu cerca de 30.510 m³ de madeira até agosto de 2008.

Por meio destas intervenções, o governo conseguiu municipalizar o combate ao desmatamento, restringindo o crédito a produtores irregulares e responsabilizando toda a cadeia produtiva por desmatamentos ilegais.

4 Projeto município verde

Com a sua imagem negativamente afetada, o município de Paragominas se viu obrigado a implantar na sua gestão, um padrão de desenvolvimento sustentável. Deu-se então a criação do projeto município verde.

O projeto consiste em aspectos simples, porém eficazes, capazes de cumprir com a legislação social e ambiental, estimulando a recuperação de áreas degradadas, intensificando o uso de áreas já abertas, no incentivo do manejo de floresta nativa.

Para a implantação do projeto, inicialmente foi feito um pacto (desmatamento zero) entre as organizações dos setores produtivos locais, sindicatos dos trabalhadores rurais e patronais, prefeitura, secretaria de agricultura e secretaria de meio ambiente do município e Organizações Não Governamentais (ONGs) com atuação na região, para formalizar o compromisso assumido pelas lideranças locais, dando legitimidade ao projeto e às metas estabelecidas.

Após o pacto, os primeiros passos para o cumprimento das metas foram dados. Para que um município tivesse seu nome retirado da lista dos principais devastadores da



Amazônia, uma das exigências feitas pelo Ministério do Meio Ambiente era de que pelo menos 80% de território do município fosse inserido no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Portanto, os produtores rurais foram estimulados a legalizar suas terras por meio de título ou concessão e CCIR (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural), cumprindo os meios ambientais legais: CAR, Licenciamento Ambiental Rural (LAR) e, se necessário, o Plano de Recuperação de Área Degradada (Prad), criando bases para a segurança jurídica, o que permitia atrair investimentos de qualidade.

A prefeitura então buscou o apoio do IMAZON que em parceria com a ONG *The Nature Conservancy* (TNC), que passaram a executar microzoneamento ecológico-econômico das propriedades rurais de Paragominas. Quando um desmatamento fosse constatado a prefeitura notificaria os órgãos ambientais e o infrator.

Outro passo importante foi a redução da área desmatada e a sua recuperação. Para isto, se fez necessário o monitoramento mensal da cobertura florestal, a capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, incentivos para o uso da madeira reflorestada na produção de carvão vegetal e recompor áreas já degradadas com espécies nativas. Segundo Pinto et al. (2009), o reflorestamento no município de Paragominas é recente e está em fase de expansão. A atividade surgiu como alternativa para recomposição de reserva legal em algumas propriedades e/ou como mais uma atividade econômica de base florestal indicada para áreas totalmente abertas.

Outro fato importante foi a adoção de boas práticas agropecuárias. A gestão então investiu na capacitação dessas boas práticas com a criação da certificação agropecuária. Esta certificação se baseia em um sistema que avalia produtos e propriedades, garantindo ao consumidor de que o produto tem origem socioambiental correta.

5 Impactos do Projeto

No primeiro ano com o Cadastro Ambiental Rural o desmatamento caiu pela metade. E após o retorno positivo desse e de outros objetivos e metas do projeto, Paragominas passou a ser o município que mais reduziu o desmatamento, destacando-se na mídia nacional, saindo assim da lista dos “campeões do desmatamento”.

No dia 22 de novembro de 2010 o então prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, foi recebido em Brasília pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas A. Shannon Jr., que, através da *USAID - United States Agency for International Development*, teve conhecimento do projeto Paragominas Município Verde, e pediu que o prefeito apresentasse o projeto a eles. Neste mesmo mês o Ministério do Meio Ambiente premia Paragominas pela conquista do prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente 2010.

O sucesso do projeto foi tão grande que passou ser adotado por outros municípios presentes na lista dos principais devastadores da Amazônia. Com a repercussão internacional alcançada pelo projeto, o governador do Estado do Pará, Simão Jatene, lançou o Programa Municípios Verdes, que visa fortalecer as atividades econômicas sustentáveis e combater o desmatamento.

6 Considerações finais

Atualmente o município de Paragominas apresenta um quadro ambiental favorável. O município conseguiu sair da lista dos principais devastadores da Amazônia, regularizou grande parte das propriedades rurais e passou a ser modelo sustentável para outros municípios.

No setor agrícola obteve-se um crescimento de 15 mil hectares em uma safra estagnada em 45 mil hectares, sem ser necessária a derrubada de nenhuma árvore.

Hoje a cidade tem cerca de 67% do território de florestas manejadas e 59% de mata está adequada à reserva ambiental.



Depois de conter o desmatamento na região o projeto entra em nova fase, enfrentando agora a questão da exploração ilegal de madeira. A atuação do poder público se dará na regularização das áreas de posse a fim de permitir a aprovação de planos de manejo para que a madeira seja explorada de forma legal e sustentável no município.

Com esse exemplo, Paragominas demonstrou a sociedade que está fazendo a coisa certa, comprovando que é possível o desenvolvimento sustentável através de um plano de governo que adote uma gestão ambiental pública.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, O. **O desafio da Gestão Ambiental Pública**. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=curiosidades&tipo=temas&cd=1390#>> Acesso em: 19 dez. 2011.

BARBIERI, J. C. Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.31 (2), p.135-52, mar - abr 1997.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.

MARQUES, G.; **Políticas públicas e reconversão da agropecuária paraense**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas – PE, 2010.

SILVA-FILHO, J. C. L. **Sistema de Gestão Ambiental Aplicado a Prefeituras: Uma Nova Possibilidade de Gestão Pública**. In: V Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 1999, São Paulo. Anais. São Paulo: Plêiade, 1999. p. 557-566.

UN. Agenda 21. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (ECO-92). Rio de Janeiro: 1992